



36 enquadrado em classe 2 em todo sua Calha bem como os seus afluentes. Sendo  
37 somente essa a alteração sugerida a ata foi colocada em votação, que foi  
38 aprovada por unanimidade dos presentes, inclusive com a alteração pedida.  
39 Dando seqüência passou ao item 3) Apresentação da Nota Técnica, realizada  
40 pela Sra. Camila de C. Almeida, representante da COBRAPE, através de uma  
41 breve explanação sobre o enquadramento do Rio Tibagi e seus afluentes,  
42 esclarecendo que foram realizadas 6 revisões no enquadramento, levando em  
43 consideração as audiências públicas, realizadas na cidades de Londrina e Ponta  
44 Grossa. Após a explanação o presidente Sr. Galdino Andrade, abre para  
45 discussão, onde os membros do Comitê podem tirar suas dúvidas sobre o  
46 enquadramento do rio. A Sra. Maria Madalena Ribas Doll, representante da  
47 Universidade de Ponta Grossa, pediu para relembrar os rios que eram classe 3 e  
48 passaram a ser classe 2. O Sr. Ricardo Johansen (A.Aq.C.G.) perguntou se  
49 somente 372 Km, foram enquadrado em classe 3, o que foi respondido pela Sra.  
50 Camila (COBRAPE) que sim. Perguntou ainda se o Arroio da Ronda saiu de  
51 classe 3 e foi para classe 2. Foi respondido pela Sra. Camila que a montante da  
52 ETE ficou classe 2 e jusante da ETE ficou classe 3. O Sr. Ricardo continuou com  
53 a palavra dizendo que a atividade da Associação dos Aquicultores fica  
54 inviabilizada se o rio for enquadrado em classe 3. O Sr. Everton  
55 (ÁGUASPARANÁ) colocou que existem peculiaridades em cada trecho do rio e  
56 que para chegar na especificidade do arroio da Ronda é necessário o plano de  
57 efetivação, que esse se viabilizará no decorrer do tempo com os investimentos  
58 necessários. Continuou elogiando a audácia do Comitê e da CTPLAN, pelo  
59 estudo e esforço em encontrar esses termos de enquadramento e que o próximo  
60 passo é fazer o plano de efetivação envolvendo todos os setores, público, privado  
61 e sociedade civil, tornando assim possível a viabilidade do plano. A Sra. Maria  
62 Inês, (prefeitura de Castro) perguntou se o plano é passível de revisão. Foi  
63 respondido que no prazo de 5 anos será feita uma revisão e que havendo  
64 investimentos é possível chegar em classe 2 e portanto haver um novo  
65 enquadramento. O Senhor Antonio Calmou do Conselho do Meio Ambiente de  
66 Castro perguntou a classificação do rio Iapó, que foi respondido pela  
67 Camila(COBRAPE) classe 2. O presidente do Comitê Sr. Galdino, novamente  
68 enfatizou a importância de termos o plano de efetivação, para que os  
69 investimentos e as cobranças possam acontecer. A Sra. Maria Magdalena

70 (UEPG) perguntou sobre a auto depuração dos rios e a Sra. Camila (COBRAPE)  
71 respondeu que foi feita Nota Técnica, numa modelagem bastante conservadora  
72 para essa situação, suportando uma carga para classe 3. A Sra. Kátia  
73 (SANEPAR), complementou também que existe uma carga possível de ser diluída  
74 e o remanescente precisa do plano de efetivação para ser resolvida. O Sr.  
75 Everton (Águas Paraná) explicou que isso vai impor às outorgas novas restrições,  
76 portanto será necessário ampla fiscalização e caso haja necessidade de novas  
77 outorgas se verificará essa possibilidade. O Sr. Enéas (ÁGUASPARANÁ)  
78 esclareceu que todas as notas técnicas estão disponíveis no site do Comitê  
79 Tibagi. O representante da OCEPAR, o Sr Silvio Krinski perguntou se as carga  
80 que são jogadas no rio e que não se sabe os responsáveis, o que o plano prevê?  
81 O Sr. Enéas (ÁGUASPARANÁ) respondeu que para isso é necessário o plano de  
82 efetivação com o envolvimento de todos, explicou ainda, que a CTPLAN definiu  
83 realizar várias oficinas com todos os setores envolvidos e que a resposta a essa  
84 pergunta será construída por todos. O representante da fundação ABC, o Sr Eltje,  
85 lembrou a existência da portaria 91 em vigência para o enquadramento do rio.  
86 O Sr. Everton (ÁGUASPARANÁ) explicou que esse assunto já havia sido  
87 levantado pelo Ministério Público, na audiência pública de Londrina e voltou a  
88 colocar que a portaria 91 não teve plano de efetivação, portanto não houve  
89 instrumento para colocá-la em prática. Enfatizou ainda que essa é uma função do  
90 Comitê, que tem função resolutiva com a participação de todas as instituições que  
91 tem acento no mesmo. O Sr. Ricardo Costanzi (UTFPr-Lda.) Enfatizou a  
92 importância de prevenir o futuro, colocando um plano de monitoramento da bacia,  
93 foi esclarecido pelo Sr. Galdino que isso será previsto no plano de efetivação. O  
94 Sr. João Kovalechyn (Ass. de Engenheiros de PG) lembrou a Audiência pública  
95 de Ponta Grossa , dizendo que é contra ao enquadramento do rio em classe 3 e  
96 que a cidade de Ponta Grossa quer o enquadramento do rio em classe 2, se  
97 manifestando contra ao enquadramento em classe 3. O Sr. Ricardo  
98 Johansen(A.Aqu.C.G).Colocou que se faz necessário estabelecer mais um índice  
99 de estudo que é o índice de coliformes fecais, não só o de DBO e fósforo.  
100 Colocou também a manifestação do Conselho do meio ambiente de Ponta  
101 Grossa, da OAB de Ponta Grossa e da Associação Comercial de Ponta Grossa  
102 que se posicionam a favor do enquadramento em classe 2 e não em classe 3. O  
103 Sr. Enéas (Águas Paraná) lembrou que todas as manifestações contrárias ao

104 enquadramento já haviam sido apresentadas na audiência pública realizada em  
105 Ponta Grossa e informou que entrou em contato, por várias vezes, com o Sr.  
106 Ricardo Johansen, para que o mesmo informasse os trechos do rio que mereciam  
107 um estudo específico e que o mesmo não lhe forneceu nenhuma resposta e  
108 entende que agora é tarde para se colocar algo novo. O Sr Ricardo  
109 Johansen(A.Aqu.C.G.) confirmou os vários contatos do Sr.  
110 Enéas(AGUASPARANA) e respondeu que nenhuma das associações contrárias  
111 ao enquadramento informou nenhum trecho do rio para ser analisado.O Sr  
112 Galdino presidente do comitê encerrou os questionamentos dos membros e  
113 colocou em votação a proposta apresentada pela COBRAPE, pedindo que os  
114 membros a favor da proposta levantassem o braço, sendo que a proposta foi  
115 aprovada por 14 votos a favor e 5 contra, não houve abstenções. Foi pedido  
116 declaração de voto contrário João Kivalechyn (AEPG),Andréa Aparecida  
117 Oliveira(Prefeitura de Ponta Grossa,Laertes Sidney Bianchessi(SEAB), Ricardo  
118 Johansen (A.Aqu.C.G), Maria Magdalena Ribas Doll(UEPG). Dando continuidade  
119 o Sr Enéas (Águas Paraná) falou sobre o item 6 da pauta que se refere sobre a  
120 cobrança pelo uso das águas, lei 9.433 de 08 de janeiro de 1997 (lei federal) e a  
121 lei 12.726/99 (lei estadual) que dispõe sobre os usos sujeitos a outorga e outros  
122 assuntos pertinentes, inclusive a criação de um fundo e determina que a  
123 utilização desses recursos será decidido pelo Comitê da bacia. Informou também  
124 que com a aprovação da lei 18.375/14 a destinação dos fundos estaduais foi  
125 modificada, no que se refere ao poder de decisão do Comitê. Portanto se faz  
126 necessário que o Comitê decida quais serão os próximos passos, apresentando  
127 duas alternativas: 1- Esperar uma decisão governamental, em função da gestão  
128 que está sendo realizada pelo secretário do meio ambiente (SEMA), junto ao  
129 governo estadual,parando os trabalhos e estudos,não se discutindo mais a  
130 cobrança, ou 2- Continuar os trabalhos aguardando futuramente decidir se  
131 cobramos ou não. Foi aprovada a segunda opção, continuar os trabalhos e no  
132 futuro decidir o que será melhor fazer, foram 16 votos favoráveis e 3 contrários.O  
133 Sr. Galdino Andrade, presidente do comitê pediu para constar na ata que é contra  
134 os recursos advindos do fundo irem para os cofres do governo estadual. o Sr.  
135 Gerardi (SANEPAR) pediu a palavra e colocou que é muito importante continuar  
136 com as discussões e que o Comitê deve se manifestar formalmente sobre o  
137 assunto. O Sr. João kovalechyn(AEAPG) também concorda com essa proposta e

138 salienta que devemos trabalhar nas duas frentes. O Sr. Ricardo Johansen  
139 também se manifestou a favor e salientou a importância da continuidade dos  
140 trabalhos. O Sr. Galdino Andrade, presidente do Comitê, propõe que façamos  
141 uma nota de repúdio à lei 18375/14 e que a mesma seja encaminhada ao  
142 secretário do meio ambiente para encaminhá-la ao senhor governador do  
143 estado. O Sr. Gerardi (SANEPAR) pediu a palavra para parabenizar o Comitê,  
144 através do seu presidente, pela ousadia e pelo avanço na aprovação do  
145 enquadramento e que ainda existe um longo caminho pela frente e que é  
146 fundamental a continuidade dos trabalhos. Como ninguém mais pediu a palavra o  
147 Sr. Galdino Andrade, presidente do Comitê, agradeceu a presença e parabenizou  
148 a todos pelo esforço e avanço conseguidos até aqui. Como nada mais houvesse a  
149 tratar deu por encerrada a reunião sendo que presente ata vai assinada por mim  
150 Marcilene Ricieri, secretária executiva do Comitê, pelo presidente Galdino  
151 Andrade e demais presentes

152

153 Galdino Andrade

154 Presidente do Comitê da Bacia do Rio Tibagi.

155

156

157 Presentes na 26ª Assembléia Geral Ordinária do Comitê da Bacia do Rio Tibagi:  
158 Laertes Sidney Bianchessi(SEAB); Everton Luiz da Costa Souza (AGUASPARANA);  
159 Andreia Ap Oliveira (PM de Ponta Grossa); Maria Inez Pedroza Machado Dias (PM de  
160 Castro); Antonio Carlos Gerardi ( SANEPAR) Lincon Massahaw Kikuchi (SANEPAR);  
161 Edson Denobi (SANEPAR); Miguel Gardini (SAMAE Ibiporã); Geovanni Fedalto ( COPEL);  
162 Monica Irion Almeida(COPEL); Emerson Lucas Antoniacomi (HEINEKEN S/A), Henrique  
163 Luvison G Da Silva(Klabin S/A), Silvio Krinski (OCEPAR), Werner Hermnn Meyer Jr  
164 (FAEP), Maria Magdalena Ribas Doll (UEPG) Ricardo Costanzi(UTFPR); Edilaine Regina  
165 Pereira(UTFPR), João Kovalechyn (AEAPG); Eltje Janloman Filho (Fundação ABC),  
166 Galdino Andrade(COPATI), Convidados: Eneas Souza Machado (AGUASPARANA),  
167 Marcilene Ricieri, (AGUASPARANA) secretaria Executiva e Angela Maria Ricci ( AGUASPARANA).  
168 CONVIDADOS: Camila de C Almeida (COBRAPE); Andressa G S  
169 Paulo (PM Ibipora), Nilson Piacentini (AGUASPARANÁ); Adriana .....(DMMA da Mater  
170 Natura); Nadislei Swiech (Sec Saúde de Castro); Kátia C Nakandakare (SANEPAR);  
171 Jonas Heitor(SANEPAR); Thiago Molina (CARGILL); Adriana de Andrade e Silva (Sec  
172 Meio Ambiente de Castro); Ana Carla Pavao (Prefeitura Municipal de Ponta Grossa),  
173 Frans Borg (Castrolanda); Torbim de Geus(Castrolanda); Laercio Pereira (Papel  
174 Iguaçu), Fernanda Farias (Papel Iguaçu); Danielle Essig (Papel Iguaçu); Jan Haasfes  
175 (MMA), Roney Luiz Ribeiro (Pref de Carambei), Dayane Molin (Pref Castro- Dep Meio  
176 Ambiente), Antonio Galmon(Pref de Castro- Dep Meio Ambiente), Adalberto  
177 Cararo(SANEPAR); Giovanna P P Ribas (CONDEMA/OAB), Pamela Janaina  
178 Shamse(CONDEMA Ponta Grossa); Angelita C Krawwischke(UEPG/DEGE); Daniele

179 Tatiana Godoi Leal(DMMA);Maiko Vinicius Zanelli(OCEPAR); João  
180 Samek(AGUASPARANÁ).